



A FUNDAÇÃO DO “INSTITUTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DEL RÍO DE LA PLATA” (1854) E A ATUAÇÃO DA INTELLECTUALIDADE “RIOPLATENSE” NA CONSTRUÇÃO DO REGIME CONSTITUCIONAL ARGENTINO

THE FOUNDING OF THE “HISTORICAL AND GEOGRAPHICAL INSTITUTE OF THE RÍO DE LA PLATA” (1854) AND THE ROLE OF RÍO DE LA PLATA INTELLECTUALS IN THE CONSTRUCTION OF THE ARGENTINE CONSTITUTIONAL REGIME

ALFREDO DE JESUS DAL MOLIN FLORES¹

FREDERICO PAGANIN GONÇALVES²

Resumo

O presente trabalho apresenta investigação sobre a fundação do “*Instituto Histórico-Geográfico del Río de la Plata*” em 1854 e sua relação com demais associações profissionais científicas do chamado “espaço historiográfico rioplatense”, principalmente o “*Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*” (IHGB), o “*Instituto Histórico-Geográfico Nacional*” uruguaio (IHGN) e ainda o “*Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro*” (IHGPSP), do Rio Grande do Sul. Essa pesquisa busca realizar um expediente comparativo entre os estatutos de cada um dos ateneus e examina, nessa senda, os objetos aos quais os institutos se dedicavam e o papel das revistas enquanto meio de divulgação dos trabalhos de seus integrantes. Verifica-se, assim, que há forte conexão entre os projetos historiográficos ali esposados, coincidindo quanto a objetos e método de divulgação empregado. Com efeito, percebe-se também que há uma semelhança no estilo de narrativa histórica desenvolvido pelos institutos,

Abstract

The present study investigates the foundation of the "Instituto Histórico-Geográfico del Río de la Plata" (IHGRP) in 1854 and its relationship with other professional scientific associations within the so-called "Rioplatense historiographical space", particularly the "Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" (IHGB), the Uruguayan "Instituto Histórico-Geográfico Nacional" (IHGN), and the "Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro" (IHGPSP) in Rio Grande do Sul. This research undertakes a comparative examination of the statutes of each of these learned societies and, in this context, analyzes the objects to which the institutes devoted themselves, as well as the role of their journals as a means for disseminating the works of their members. It thus becomes evident that there exists a strong connection among the historiographical projects articulated therein, coinciding both in terms of their thematic concerns and in the methods of dissemination

¹ Doutor em Direito e Filosofia pela *Universitat de València* (Espanha). Professor Titular de Metodologia Jurídica (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS). Professor Permanente do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Direito (Mestrado e Doutorado, PPGD/UFRGS). E-mail: ajdmf@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1854-3367>.

² Mestrando em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS; bolsista CAPES-PROEX (Programa de Excelência Acadêmica). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da UFRGS, com período de mobilidade acadêmica na Ruprecht-Karls Universität Heidelberg, com financiamento da Baden-Württemberg Stiftung (BWS). Editor-executivo da Revista da Faculdade de Direito da UFRGS (Qualis A3). Assistente técnico na Revista de Historia del Derecho (INHIDE - Argentina). Associado da ANPUH-RS. Advogado. E-mail: fredericopaganinongoncalves@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4359-2478>.

sem, todavia, deixar de se perceber distinções quanto a especificidades regionais e políticas – considerando, especialmente, a forte presença de figuras de governo em cada qual, bem como o projeto político refletivo no desenvolvimento de cada instituto. Conclui-se pela importância da irradiação do modelo de sociabilidade adotado pelo IHGB enquanto padrão para os demais institutos para a formação desse espaço historiográfico.

Palavras-chave: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto Histórico-Geográfico del Río de la Plata; Bartolomé Mitre; Instituto Histórico-Geográfico Nacional; Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro.

employed. Moreover, one may also observe a similarity in the style of historical narrative developed by these institutes, although distinctions remain discernible regarding regional and political specificities—particularly when considering the prominent presence of governmental figures within each institution, as well as the political project reflected in the development of each institute. The study concludes by emphasizing the importance of the diffusion of the model of scholarly sociability adopted by the IHGB, which served as a pattern for the other institutes in the formation of this historiographical space.

Keywords: *Instituto Historico e Geographico Brasileiro; Instituto Histórico-Geográfico del Río de la Plata; Bartolomé Mitre; Instituto Histórico-Geográfico Nacional; Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro.*

“Sin documentos, no se puede escribir ni un poema [...]”³

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho se insere em uma série de estudos historiográficos que se realizam recentemente, referentes ao tema da formação de redes intelectuais de juristas dentro do cenário sul-americano desde o período das independências liberais, ao início do séc. XIX. Nesse momento, consolidou-se um modelo de associação (em termos de “sociabilidade”⁴) na América do Sul que seriam os chamados “Institutos Históricos (Geográficos)”. De fato, segundo o modelo francês de associação profissional científica que se conhecia desde o começo do século XIX, tais Institutos conseguiram uma repercussão mediata ou imediata nos trabalhos legislativos e de organização constitucional nacional e provincial-estadual.⁵ Assim, para o presente trabalho, estamos propondo voltar à fundação e funcionamento do *Instituto Histórico-Geográfico del Rio de la Plata*. Nesse sentido, nossa intenção é buscar vincular essa fundação ao contexto da Constituição argentina de 1853 e suas repercussões até a elaboração da Constituição de Buenos Aires de 1854.

Fundado em 1854 por estímulo direto de Bartolomé Mitre, o “*Instituto Histórico-Geográfico del Rio de la Plata*” (IHGRP) assumiu como missão fundamental a intenção de converter-se em um centro de referência para a historiografia argentina da época. Em um contexto de necessidade de constituir repositórios de documentação existente desde a independência ante o Império espanhol – e, sobretudo, para fortalecer um âmbito de maior comunicação entre os intelectuais –, surgira o momento em que se buscava consolidar a República federal que era evocada por meio da Constituição argentina de 1853. Daí em diante, foi preciso sustentar o manejo e a prospecção das fontes necessárias para justificar, no

³ MITRE, Bartolomé. *Comprobaciones históricas*. Buenos Aires: Librería La Facultad, de J. Roldán, 1916. p. 198-199.

⁴ Sobre as redes de sociabilidade enquanto reflexo do “bacharelismo liberal”, especialmente no Brasil – em período posterior ao que tratamos, cf.: SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006 [especialmente p. 143 *et seq.*].

⁵ Sobre o modelo de “instituições *savantes*” na Europa e na América hispânica, cf.: WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 25 *et seq.*; OLIVEIRA, Suellen M. P. de. A querela de *Clio*: as tensões e os diálogos entre os Institutos Históricos e Geográficos do Brasil e da região do Prata, 1838-1852. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a. 172, n. 454, p. 119-120, jan./mar. 2012.

novo regime constitucional, as posições políticas que se vincularam à controvertida elaboração e promulgação desse texto, até sua ratificação em 1860.

Desse modo, o Instituto haveria de servir como referência organizativa para os esforços dos historiadores e intelectuais dos territórios “rioplatenses” [platinos] e, além disso, como ponto de difusão do desenvolvimento do trabalho historiográfico a partir de um periódico próprio, cuja intenção era, nas palavras de Mitre no texto preliminar às Bases Orgânicas do *Instituto Histórico y Geográfico del Río de la Plata*, converter-se em um “teatro para a inteligência, uma tribuna para a livre emissão do pensamento científico ou literário e um centro para os homens de ciências, de artes ou de letras”.⁶ Com efeito, o citado Instituto manteve sua organização e uma sequência de sessões durante algum tempo, até os anos 1859-1860.

Contudo, essa vida curta do Instituto “rioplatense”, que também se pode explicar pelas muitas tarefas militares e políticas assumidas por seu principal articulador, Mitre,⁷ foi marcada igualmente pela conexão com institutos semelhantes na região, no que as relações institucionais muitas vezes se viram impulsionadas por vínculos pessoais: isto é, mais especificamente, de sua relação com o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), com o *Instituto Histórico y Geográfico Nacional*, do Uruguai (IHGN, primeiro, depois refundado em 1915 como IHGU, *Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*) e com o *Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro* (IHGPSP, ativo de 1860 a 1863 e refundado em 1920 como Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).⁸ Primeiro, pode-se mencionar, com Víctor Tau Anzoátegui, que o exercício das tarefas políticas absorveu muitos juristas, posto que o “peso da organização constitucional da Nação e das províncias”

⁶ No original, a citação completa: “Señores: esta reunion tiene por objeto realizar por la asociacion de muchos, un pensamiento concebido por unos pocos amigos del progreso intelectual del país: estamos reunidos aquí para echar los fundamentos de una asociacion científica y literaria, cuya falta se hace sentir en un pueblo tan ilustrado como el de Baenes Aires, donde en medio de tantos adelantos, falta todavia un teatro para la intelijencia, una tribuna para la libre emision del pensamiento científico y literario y un centro para los hombres de ciencias, de artes ó de letras.” [MITRE, Bartolomé. Preliminar. In: *Bases Orgânicas del Instituto Histórico-Geográfico del Río de la Plata*. Buenos Aires: Imprenta de la Tribuna, 1856. p. 07].

⁷ O mesmo Mitre compartilha dessa percepção, comentando sobre a fundação do IHGRP: “Las agitaciones porque hemos pasado, las frecuentes ausencias del promotor del Instituto con motivo de las exigencias del servicio público, y otras circunstancias que no son del caso, han obstado á su realización [...]” [MITRE, Bartolomé. Preliminar. In: *Bases Orgânicas del Instituto Histórico-Geográfico del Río de la Plata*. Buenos Aires: Imprenta de la Tribuna, 1856. p. 11].

⁸ Esse último, tratando-se de Instituto regional, localizado, provincial, é normalmente ignorado pela historiografia especializada. Em muito meritório artigo recentemente publicado nessa Revista, por exemplo, percebe-se, porém, que a efêmera existência do IHGPSP é ignorada; cf., para tal: SILVA, Ana Paula B. R. da. Bartolomé Mitre, André Lamas e o Império brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 186, n. 498, p. 36-64, 2025.

recaiu sobre as gerações de juristas de 1830-1850, vinculada a uma tradição historicista e romântica, e de 1850-1880.⁹ São essas gerações aquelas que estabelecem as bases para a nova ordem jurídica na Constituição de 1853.

Nesta investigação, buscamos manejar alguns dos documentos que são publicados sobre a fundação dos Institutos do espaço historiográfico “rioplatense”, ou seja, o IHGRP, IHGN, o IHGB e o IHGPSP – já mencionados descritivamente – tendo-se em conta que há pouco desenvolvimento do tema na historiografia especializada da área, talvez por sua efemeridade, ou ainda por seu relativo isolamento, quando de sua breve atuação. No que segue, faremos, inicialmente, uma aproximação a contextualizar o momento intelectual da fundação do IHGRP – com auxílio do que já se produziu no tema na região, ou seja na Argentina, Uruguai e Brasil – para depois, em um segundo momento, buscar apresentar os objetos e instrumentos utilizados por tais Institutos em seus primórdios. Finalmente, faremos uma breve comparação entre os Institutos, com o IHGRP em posição central em nossa análise.

2 O ESPAÇO HISTORIOGRÁFICO “RIOPLATENSE”

É muito seguro afirmar que fundação do Instituto “rioplatense” foi parcialmente inspirada pela existência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), de 1838, e, em particular e mais diretamente, do *Instituto Histórico-Geográfico Nacional* (IHGN) uruguaio, de 1843. Foram esses ateneus os que, mantendo diálogo entre si, serviram de fundamento para a proposta de Mitre por um Instituto na década de 1850. Levemos em conta, pois, que Bartolomé Mitre foi membro correspondente dos dois Institutos – ainda que em período posterior no Instituto brasileiro, já em 1871, depois de finalizado seu mandato como presidente da nação argentina.¹⁰

Observa-se, por essa razão, a efervescência no cenário historiográfico local, que é o “espaço historiográfico ‘rioplatense’” – conforme expressão empregada pela recente história

⁹ TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *Las ideas jurídicas en Argentina (siglos XIX-XX)*. Buenos Aires: Editorial Perrot, 1977 [particularmente p. 02-69].

¹⁰ Sobre a incorporação de Mitre ao Instituto brasileiro, cf.: SILVA, Ana Paula B. R. da. As ideias históricas de Bartolomé Mitre e o Brasil (1870-1880). *Passagens – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 15, n. 3, p. 373-391, set./dez. 2023; OLIVEIRA, Suellen M. P. de. A querela de Clío: as tensões e os diálogos entre os Institutos Históricos e Geográficos do Brasil e da região do Prata, 1838-1852. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ano 172, n. 454, p. 121-122, jan./mar. 2012.

da historiografia¹¹; disso se segue que é preciso estudar as bases fundamentais de cada Instituto de forma integrada a seus congêneres. Diz-se isso porque os documentos fundacionais dos Institutos “rioplatense” e brasileiro têm estruturas muito distintas, mas apresentam pontos de contato em razão da formação em rede desses intelectuais.

O primeiro Instituto Histórico e Geográfico no formato que estamos expondo é o do Brasil.¹² Fundado em 21 de outubro de 1838 – dezesseis anos depois da independência do Brasil¹³ – sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN)¹⁴, o IHGB foi composto por intelectuais vinculados à elite imperial nascente.¹⁵ Recordemos que Arno Wehling nos informa que, de seus 27 fundadores, estavam quase todos letrados vinculados diretamente à burocracia imperial, o “*establishment* Imperial”, para utilizar da expressão empregada pelo professor Wehling.¹⁶

¹¹ O colega uruguaio Tomás Sansón Corbo estudou de maneira profunda o tema do “espaço historiográfico rioplatense” de uma perspectiva histórico-sociológica, analisando suas redes e dinâmicas de difusão científica; para tal, cf.: SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas (siglo XIX)*. La Plata: Instituto Cultural de la Provincia de Buenos Aires, 2011. Cf. também: SANSÓN CORBO, Tomás. Matrices institucionales y metodológicas de la historiografía rioplatense del siglo XIX. El influjo de Brasil. *Confluente*, v. 6, n. 1, p. 111-137, 2014. É ainda canônico o estudo de Barager sobre a organização metodológica da historiografia “rioplatense”: BARAGER, Joseph R. The Historiography of the Río de la Plata Area Since 1830. *The Hispanic American Historical Review*, v. 39, n. 4, p. 588-642, nov. 1959.

¹² Já antes da fundação do IHGB, Araújo reconhece uma “acumulação primitiva de narrativas”, a partir da chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, no governo de D. João VI, e intensificada no governo de D. Pedro I, pela maior liberdade de imprensa do período em relação ao governo de seu pai. Para tal, com uma interessante crítica à historiografia de narrativa revisionista *pop* dos anos 2010, cf.: ARAÚJO, Valdeci. Narratives of Brazilian History: From Liberal to Politically Incorrect. In: BERGER, Stefan; BRAUCH, Nicola; LORENZ, Chris (ed.). *Analyzing Historical Narratives: On Academic, Popular and Education Framings of the Past*. New York-Oxford: Berghahn, 2021. p. 282-303.

¹³ Sobre a construção da chamada “história-memória” do Brasil após a independência e as ideias circulando à época, cf.: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Ideias em confronto: Embates pelo poder na Independência do Brasil (1808-1825)*. São Paulo: Todavia, 2022 [especialmente p. 189 *et seq.*].

¹⁴ Sobre a importância política da SAIN nos princípios do século XIX brasileiro, cf.: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial/Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 52-54 [assim como a bibliografia indicada por Murilo de Carvalho na nota 3, p. 52]. Salgado Guimarães, por sua vez, destaca o “espírito iluminista” da instituição [GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, n. 1, p. 08, 1988].

¹⁵ Sobre a formação histórica da “elite política imperial” brasileira, é clássico o trabalho já mencionado de José Murilo de Carvalho: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial / Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Sobre as origens do IHGB e seu papel na construção de uma narrativa nacional brasileira: WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Sobre as influências do “historicismo” romântico no IHGB, cf.: WEHLING, Arno. O historicismo e as origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Gama, 2001. p. 127-140. De uma perspectiva filosófica, o culturalista Nelson Saldanha afirma que há um movimento político-cultural que começa com a Independência, em 1822, e com a Constituição de 1824, a partir do qual se desenvolvem o pensamento romântico e o pensamento cientificista no Brasil: SALDANHA, Nelson. Romantismo, ecletismo e cientificismo no Brasil no século XIX. *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 42, n. 173, p. 25-35, 1994.

¹⁶ WEHLING, Arno. O historicismo e as origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: *A Invenção*

Ademais da presença dessa elite burocrática nos quadros fundadores do IHGB, a influência e o apoio do próprio Governo de D. Pedro II foram fundamentais ao nascimento do Instituto. Com efeito, o próprio Pedro II teve presença ativa em suas reuniões anuais, escrevia para os associados, ajudava materialmente com livros e manuscritos inéditos, como ainda dava aportes financeiros e buscava dar atenção às publicações do Instituto, garantindo assim que se desenhasse uma imagem favorável de sua pessoa.¹⁷ Sendo assim, acompanhando as palavras de Sansón Corbo, “o *peso funcional* do monarca contribuiu a criar condições favoráveis para o desenvolvimento da investigação e da produção”.¹⁸

O recurso a uma historiografia de traços iluministas, românticos, historicistas e, especialmente, nacionalistas, corresponde a uma necessidade política do governo imperial de escrever a narrativa que ia dar o tom à história de um Brasil que então, muito recentemente, se fazia independente. Pode se dizer que o tema da existência *nacional* do Brasil foi central nos planos iniciais do IHGB. Um discurso antropológico nascente, frequentemente – mas não necessariamente – associado ao que ia ser o “naturalismo” no final do século XIX, também se notava no tom do discurso fundacional do IHGB, com uma forte narrativa sobre os povos autóctones¹⁹ e sobre os afrodescendentes.²⁰ Cumpre referir, acompanhando o comentário de

da História: estudos sobre o historicismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Gama, 2001. p. 128-129.

¹⁷ PASCHOAL GUIMARÃES, Lucia Maria. A percepção dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: MARTINS, Ismênia de Lima; MOTTA, Rodrigo P. S.; IOKOI, Zilda G. (org.). *História e cidadania*: XIX Simpósio Nacional de História – ANPUH. v. 2. São Paulo: Humanitas, 1998. p. 480-483.

¹⁸ Tradução nossa. Citação em: SANSÓN CORBO, Tomás. *Despertar en Petrópolis*: Andrés Lamas y la influencia de Brasil en la Historia de los Estados de la Cuenca del Plata en el siglo XIX. Montevideo: Sicut Serpientes, 2015. p. 27.

¹⁹ Varnhagen, que tomamos como exemplo por haver produzido o que seria considerada a primeira síntese histórica do Brasil, considerava central o estudo da linguística indígena [WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória*: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 149-150]. Por outro lado, havia também uma preocupação por realizar um estudo arqueológico e geográfico do Brasil, que passava necessariamente pelo estudo das comunidades indígenas. Identifica-se uma confluência entre os relatos de Varnhagen, Mitre e Bauzá quanto ao tema do “processo civilizatório” e ao tratamento dado ao “selvagem”, ainda que mais matizado neste último [DEVOTO, Fernando J. La construcción del relato de los orígenes en Argentina, Brasil y Uruguay: las historias nacionales de Varnhagen, Mitre y Bauzá. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.); MYERS, Jorge (ed.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz, 2008. p. 285-286]. Sobre os trabalhos recentes que tratam das fronteiras disciplinares científicas no século XIX, cf.: MOLLO, Helena M. A ciência e o passado: construções da modernidade nos oitocentos. In: LOPES DE ARAÚJO, Valdeci et alii (org.). *A dinâmica do Historicismo*: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. p. 169-180. Acerca do “naturalismo” no discurso jurídico brasileiro, cf.: LIMA LOPES, José Reinaldo de. *Naturalismo jurídico no pensamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2014.

²⁰ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, n. 1, p. 06-07, 1988; OLIVEIRA, Suellen M. P. de. A querela de Clio: as tensões e os diálogos entre os Institutos Históricos e Geográficos do Brasil e da região do Prata, 1838-1852. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ano 172, n. 454, p. 116-117, jan./mar. 2012. Silva que havia um elemento identitário na narrativa do IHGB, pelo qual “era preciso também se diferenciar dos outros que seriam, internamente, negros e indígenas e, externamente, as repúblicas vizinhas

Eliane Dutra, que essa narrativa ganha ainda maior tração ao largo do século XX, com a narrativa associada ao sociologismo de Freyre das “três raças”.²¹

Tudo isso estava posto em um contexto da construção de um discurso histórico nacional – é dizer, da construção mesma do conceito moderno de “nação” em um país recém independente, incluindo essa “nação” na tradição da “civilização” e do “progresso” iluministas.²² Por sua vez, Elías J. Palti define três pautas fundamentais para a criação de uma consciência nacional por meio de um relato historiográfico: “*unidade* em sua evolução histórica, *exclusividade* dos caracteres que a identificam, e *universalidade* dos valores que a orientam”²³, fatores presentes nos três relatos a que aludimos. Quanto ao caso brasileiro, pois, podemos destacar, com a historiadora gaúcha Sandra Pesavento, que o IHGB se “se incumbiu da tarefa de constituir a fala autorizada sobre o passado: construir uma memória nacional, homogeneizar as diferenças e fornecer marcos de referência para os cidadãos”.²⁴

Podemos destacar, porém, uma diferença essencial da elite brasileira frente às elites políticas da América hispânica: a unidade ideológica dessa elite que participou da fundação do IHGB, formada majoritariamente na escola de Direito de Portugal que estava situada na cidade de Coimbra. Essa prestigiosa Universidade conquistou um impacto direto na organização jurídica²⁵ da nação: de modo especial, ao considerar as implicações de uma

representadas como instáveis e bárbaras. Assim, as rivalidades entre os países eram fortalecidas por uma leitura de história que identificava os vizinhos como inimigos e buscava aproximação com o elemento europeu” [SILVA, Ana Paula B. R. da. Bartolomé Mitre, André Lamas e o Império brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 186, n. 498, p. 52, 2025].

²¹ DUTRA, Eliane de Freitas. The Mirror of History and Images of the Nation: the Invention of a National Identity in Brazil and its Contrasts with Similar Enterprises in Mexico and Argentina. In: BERGER, Stefan. (ed.). *Writing the Nation: a Global Perspective*. London: Palgrave Macmillan, 2007. p. 92-94 [essas páginas, muito especialmente, por tratar a questão].

²² GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, n. 1, p. 05-22, 1988.

²³ PALTÍ, Elías J. Imaginación histórica e *identidad nacional* en Brasil y Argentina. Un estudio comparativo. *Revista Iberoamericana*, vol. LXII, n. 174, p. 57, enero-marzo 1996.

²⁴ PESAVENTO, Sandra J. Contribuição da História e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: LEENHARDT, Jaques; PESAVENTO, Sandra J. (orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. p. 25.

²⁵ “Eram, quase todos, homens cuja visão nacionalista e centralizadora caracterizou a elite política do Império. Repetem-se, no caso do IHGB, as características gerais desta elite política imperial definidas por José Murilo de Carvalho: defesa da unidade nacional, consolidação do governo civil, redução do conflito no plano nacional, limitação da mobilidade social e da mobilização política, ao contrário da América hispânica, onde a falta de unidade ideológica da elite levou à balcanização, ao caudilhismo e à instabilidade política” [WEHLING, Arno. O historicismo e as origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: *A Invenção da História: estudos sobre o historicismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Gama, 2001. p. 130]. Cf.: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial/ Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39-44. Eliane Freitas Dutra destaca, pois, enquanto especificidade brasileira, a necessidade do discurso sobre a mistura de raças, vinculada à realidade escravocrata da época no Brasil [DUTRA, Eliane de Freitas. The Mirror of History and Images of the Nation: the Invention of a National Identity

formação de quadros políticos e jurídicos no estrangeiro, tendo em conta que as primeiras Faculdades de Direito no Brasil só receberam no ano de 1827 a autorização para funcionar.²⁶

A tentativa de criar uma narrativa historiográfica a serviço da consolidação do Estado nacional não foi algo que ocorreu apenas no Brasil, como já está amplamente referido na bibliografia a que aludimos anteriormente.²⁷ Evidentemente, a “unidade” ideológica de sua elite foi um fator que favoreceu o estabelecimento desse discurso e de instituições que o permitiram circular.²⁸ Serviu, ainda, como modelo para outras agendas institucionais; nos referimos, é claro, ao IHGN, ao IHGRP e ao IHGPSP.

O IHGN foi considerado, em seu momento fundacional, “o primeiro grande passo para a independência científica e literária das populações do Rio da Prata”.²⁹ A partir de investigações realizadas por Juan Pivel Devoto na primeira metade do século XX – para efeitos de que o autor uruguaio, na década de 1930, dentro do Instituto que se instala nesse país em 1915, apareça como caudatário e continuidade daquele dos Oitocentos³⁰ – pode-se encontrar o documento nº 10, da ata de sessão do Instituto Nacional de 06 de junho de 1843, na qual se nomeia Mitre como correspondente.³¹

Sob a influência de Andrés Bello, justamente seu primeiro presidente, o Instituto “oriental” [conforme a historiografia uruguaia retratava a cidadania da República Oriental do Uruguai] estabeleceu em seu art. 1º, inc. 3º, que os “objetos principais dos trabalhos do

in Brazil and its Contrasts with Similar Enterprises in Mexico and Argentina. In: BERGER, Stefan (ed.). *Writing the Nation: a Global Perspective*. London: Palgrave Macmillan, 2007. p. 97-98].

²⁶ Sobre o impacto do modelo coimbrão no ensino jurídico brasileiro do início do século XIX, cf.: FLORES, Alfredo de J.; PIMENTA, Leticia P. Os estatutos do Visconde da Cachoeira e o modelo de Coimbra no debate inicial sobre a organização do ensino jurídico brasileiro (1825). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 186, n. 497, p. 11-28, 2025.

²⁷ Podemos também destacar, nessa senda, com vistas especialmente à Europa, mas também com alguma consideração sobre o Brasil e sobre o trabalho de Varnhagen: BERGER, Stefan. National histories and the promotion of nationalism in historiography – the pitfalls of ‘methodological nationalism’. In: BERGER, Stefan; STORM, Eric (org.). *Writing the History of Nationalism*. London-New York: Bloomsbury, 2019. p. 20-40 [para as breves considerações do autor alemão sobre Varnhagen, p. 24].

²⁸ DEVOTO, Fernando J. La construcción del relato de los orígenes en Argentina, Brasil y Uruguay: las historias nacionales de Varnhagen, Mitre y Bauzá. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.); MYERS, Jorge (ed.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz, 2008. p. 273-274.

²⁹ Tradução nossa. Citação completa em: PIVEL DEVOTO, Juan E. El Instituto Histórico y Geográfico Nacional (1843-1845): Documentos que para su historia publica. *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, t. XI, p. 190, 1934/1935.

³⁰ Sobre a refundação do IHGN como IHGU, pode-se encontrar a Ata de fundação no primeiro volume de sua Revista [*Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, n. I, p. 242-244, agosto 1920], republicado com uma reprodução da ata manuscrita no volume do centenário de sua refundação [*Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, Montevideo, tomo XL, p. 03-12, diciembre 2015].

³¹ Cf.: PIVEL DEVOTO, Juan E. El Instituto Histórico y Geográfico Nacional (1843-1845): Documentos que para su historia publica. *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, t. XI, p. 195-197, 1934/1935.

Instituto, são a *História e a Geografia* do Rio da Prata, especialmente da República. A *Estadística geral* dessa última é também um objeto acessório”.³² No espírito associativo dessas instituições, importa dizer que Lamas – assim como Bartolomé Mitre – foi membro correspondente do IHGB e, por outra parte, o Visconde de São Leopoldo e Januário da Cunha Barbosa, fundadores do IHGB, foram por sua vez membros correspondentes desde a fundação do IHGN.³³ Sobre a relação entre Lamas e Mitre, podemos recordar o que diz Ernesto Fitte:

em julho de 1854 se dirige por carta a seu amigo Don Andrés Lamas, comunicando-lhe sua ideia de organizar em Buenos Aires uma instituição à semelhança da fundada oportunamente pelo destinatário da missiva em Montevideo. A esse respeito lhe diz que Alsina, Vélez Sarsfield, Tejedor, Barros Pazos já se comprometeram a cooperar, e espera que ele – junto a Sarmiento e ao uruguaio Eduardo Acevedo – se somem à empresa, em união de outros estudiosos versados em questões políticas e sociais. Conclui confessando-lhe que seu ambicioso plano consiste em [...] reunir em um centro todos os documentos históricos que andam dispersos, reunir todos os esforços, e dar uma revista mensal de 200 páginas pelo menos [...].³⁴

Ademais, as ideias de Mitre sobre o trabalho historiográfico estão amplamente documentadas.³⁵ É por aí que viemos a considerar sua figura como central no quadro em que se estabelece a institucionalização da disciplina historiográfico no Rio da Prata. Em outros termos, não somente por sua participação na fundação do IHGRP, senão por seu labor teórico e prático enquanto historiador, dentro das concepções da ciência histórica de então.

De fato, considera-se a sua biografia de Belgrano como uma “obra fundadora” do relato das origens da Argentina, apesar do tom “nacionalista” que emprega, e do fato de que

³² Cf.: PIVEL DEVOTO, Juan E. El Instituto Histórico y Geográfico Nacional (1843-1845): Documentos que para su historia publica. *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, t. XI, p. 187, 1934/1935. Estudaremos de maneira mais aprofundada os estatutos dos Institutos no que segue.

³³ Cf.: OLIVEIRA, Suellen M. P. de A querela de *Clio*: as tensões e os diálogos entre os Institutos Históricos e Geográficos do Brasil e da região do Prata, 1838-1852. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a. 172, n. 454, p. 121-122, jan./mar. 2012; SANSÓN CORBO, Tomás. *Despertar en Petrópolis*: Andrés Lamas y la influencia de Brasil en la Historia de los Estados de la Cuenca del Plata en el siglo XIX. Montevideo: Sicut Serpientes, 2015.

³⁴ Tradução nossa; no original: “en julio de 1854 se dirige por carta a su amigo don Andrés Lamas, comunicándole su idea de organizar en Buenos Aires una institución a semejanza de la fundada oportunamente por el destinatario de la misiva en Montevideo. A este respecto le dice que Alsina, Vélez Sarsfield, Tejedor, Barros Pazos ya se han comprometido a cooperar, y espera que él —junto a Sarmiento y al uruguayo Eduardo Acevedo—, se sumen a la empresa, en unión de otros estudiosos versados en cuestiones políticas y sociales. Concluye confesándole que su ambicioso plan consiste en [...] reunir en un centro todos los documentos históricos que andan dispersos, reunir todos los esfuerzos, y dar una revista mensual de 200 páginas por lo menos [...]” [FITTE, Ernesto J. Mitre y el Instituto Histórico-Geográfico del Río de la Plata de 1854: Comunicación leída en la sesión privada de 4 de junio de 1968 por el Académico de Número Dr. Ernesto J. Fitte. *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*, v. XLI, 1968, p. 79-84, esp. p. 80].

³⁵ Cf., por exemplo: SILVA, Ana Paula B. R. da. As ideias históricas de Bartolomé Mitre e o Brasil (1870-1880). *Passagens – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, vol. 15, n.º 3, p. 373-391, set.-dez. 2023.

sua publicação viesse a ocorrer em meio a uma crise aberta entre a Província de Buenos Aires e a Confederação Argentina.³⁶ Com essa consideração, não se pode negar que exista uma contribuição sua para a formação inicial desse campo científico no país.³⁷ Com isso, é mister que se investigue o modo com que as citadas ideias se manifestam na fundação do IHGRP.

3 O INSTITUTO HISTÓRICO Y GEOGRÁFICO DEL RIO DE LA PLATA DESDE UMA VISÃO COMPARADA COM OS INSTITUTOS DO BRASIL, DO URUGUAI E DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO

Efetivamente, nas “Bases” do IHGB, de 1838, estava estabelecido de maneira mais lacônica que o “*fim deste Instituto será, além dos que forem marcados pelos seus regulamentos, colligir e methodisar os documentos históricos e geographicos interessantes á história do Brazil*”.³⁸ Essa informação foi complementada mais tarde, no Art. 1º do primeiro Estatuto do IHGB, onde se pode ler:

O Instituto Historico e Geographico Brasileiro tem por fim colligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessarios para a historia e geographia do imperio do Brazil: e assim tambem promover os conhecimentos destes dous ramos philologicos por meio do ensino publico, logo que o seu cofre proporcione esta despesa.³⁹

As “Bases...” do IHGN, por sua vez, diziam em seu artigo 3º que “objetos principais dos trabalhos do Instituto, são a *História e a Geografia* do Rio da Prata, especialmente da

³⁶ Importante informe, muito apreciado por Bartolomé Mitre (segundo é possível fazer a leitura, nas páginas IX e XIII-XXVII do primeiro Tomo, onde o editor Félix Lajouane recopilou as avaliações do Prócer sobre a obra), foi aquela de Adolfo Sadiás sobre a história da Confederação Argentina e sua avaliação sobre a pretensa “ditadura de Rosas”. Para tal opinião, cf.: SADÍAS, Adolfo, *Historia de la Confederación Argentina: Rozas y su época*. T. I-V. 2ª ed. Buenos Aires: Félix Lajouane Editor, 1892. Recorde-se que essa atribuição de “ditador” a Juan Manuel de Rosas ainda recebe, desde muito, diferentes interpretações dentro do debate historiográfico argentino. Como exemplo, tenhamos em conta a atuação ainda vigente no país do “Instituto Nacional de Investigaciones Históricas Juan Manuel de Rosas”.

³⁷ DEVOTO, Fernando J. La construcción del relato de los orígenes en Argentina, Brasil y Uruguay: las historias nacionales de Varnhagen, Mitre y Bauzá. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.); MYERS, Jorge (ed.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. I – La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz, 2008. p. 278-279.

³⁸ IHGB. Extracto dos estatutos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil fundado no Rio de Janeiro debaixo da immediata protecção de S.M.I. o Senhor D. Pedro II*, Tomo I, p. 07, 1908.

³⁹ IHGB. Extracto dos estatutos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil fundado no Rio de Janeiro debaixo da immediata protecção de S.M.I. o Senhor D. Pedro II*, Tomo I, p. 18, 1908. Sobre a utilização dos métodos da “corografia”, especialidade da geografia, nos trabalhos do IHGB, para além da historiografia, cf.: MACEDO, Adriana Mattos Clén. *As corografias e a cultura histórica oitocentista*. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2007.

República. A *Estadística geral* dessa última é também um objeto acessório”⁴⁰, como já referido anteriormente. Assim como no IHGB⁴¹, é latente a vinculação direta do Instituto “oriental” com o Governo da República, como se pode ler ainda nos artigos 2º e 6º dessas mesmas *Bases*.⁴²

Como exemplo da simetria com os precedentes, as “*Bases Orgánicas del Instituto Histórico-Geográfico del Rio de la Plata*” de 1856 estabelecem como objeto, em seu 2º artigo: “centralizar as forças intelectuais do país, fazendo-as servir a seu progresso e engrandecimento”, “acopiar, preparar e classificar os materiais que hão de servir para escrever a história do país”, “salvar do olvido os documentos históricos, geográficos e estadísticos que possuímos”, “fazer investigações históricas sobre as épocas anteriores e posteriores à conquista, até nossos dias, ilustrando alguns pontos obscuros” e, finalmente, “fomentar por todos os meios que estejam a seu alcance os estudos históricos, geográficos e estadísticos, assim antigos como modernos”.⁴³

A atenção de Mitre ao trabalho de levantamento de fontes e de documentos é também tema que merece observação.⁴⁴ Já em suas “*Consideraciones Históricas*” de 1881-1882, reeditado em 1916 por Ricardo Rojas, afirmava Mitre:

Sem documentos, não se pode escrever nem um poema, nem um romance, nem formular sequer um juízo acertado em teoria, seja na ordem dos fatos, seja na ordem das ideias, assim na literatura como nas ciências especulativas ou experimentais, porque eles constituem os elementos de toda inspiração, de toda fantasia, de todo raciocínio, ainda quando a faculdade criadora intervenha em sua fecundação. [...] E quanto dizemos documentos, não nos referimos simplesmente a textos desautorizados ou papéis isolados, senão a um conjunto deles que formem um sistema, que se correlacionem e contrastem entre si, se expliquem ou corrijam uns aos outros, e apresentem os delineamentos gerais do grande quadro que o desenho e

⁴⁰ PIVEL DEVOTO, Juan E. El Instituto Histórico y Geográfico Nacional (1843-1845): Documentos que para su historia publica. *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, t. XI, p. 187, 1934/1935.

⁴¹ Sobre a vinculação de Lamas com o Brasil, cf.: SILVA, Ana Paula B. R. da. Bartolomé Mitre, André Lamas e o Império brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 186, n. 498, p. 36-64 [especialmente p. 46-49], 2025.

⁴² “Art. 2º - El Gobierno toma al Instituto bajo su especial protección, en cuanto dependa de sus atribuciones, y oportunamente propondrá á la Honorable Asamblea General que lo coloque bajo la protección de la República. [...] Art. 6º - Los Socios Fundadores serán [1] El Gobierno nombrará, desde luego, ocho de ellos [...]. El Gobierno extenderá los Diplomas de todos los Socios Fundadores, tan luego como los nombre” [PIVEL DEVOTO, Juan E. El Instituto Histórico y Geográfico Nacional (1843-1845): Documentos que para su historia publica. *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, t. XI, p. 187-188, 1934/1935].

⁴³ IHGRP. *Bases Orgánicas del Instituto Histórico-Geográfico del Rio de la Plata*. Buenos Aires: Imprenta de la Tribuna, 1856.

⁴⁴ Sobre o “rigor metodológico de Mitre” ante às fontes, cf.: FREITAS NETO, José Alves de. Mitre e a edificação de um patrimônio historiográfico argentino. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 4, n. 7, p. 47-89, 2011.

o colorido complementarão, servindo de comprovação à ideia que sugira ou que dele se depreenda, ou seja a filosofia que de tudo isso se deduza [...].⁴⁵

Percebe-se que o levantamento de fontes e documentos não seria, para Mitre, simplesmente levantar um ou dois papéis, senão formar um *corpus* de documentos em um sistema, que viesse a permitir não somente a compreensão dos fatos, senão uma investigação profunda das razões políticas e filosóficas desses fatos. Justamente sobre isso, Bartolomé Mitre se referia na passagem transcrita a seu estudo sobre Belgrano, criticado por Vicente Fidel López; fazia uma defesa, desse modo, de seu relato, com uma alusão à força de seu trabalho com fontes e documentos e de sua interpretação “filosófica” sobre esses documentos.⁴⁶

Ademais, é importante dizer que a ideia de coleção e exposição de documentos foi central para a historiografia “rioplatense” já antes da fundação do IHGRP; sobre isso, o exemplo mais contundente foi o trabalho do letrado italiano que pesquisou no período rosista, Pedro de Angelis, em sua “*Colección de obras y documentos relativos a la historia Antigua y Moderna de las Provincias del Río de la Plata*”.⁴⁷ Bem como em um momento posterior, onde se pode referir à organização do “Museu Mitre”, onde foi a residência desse depois de seu período como presidente, instituição que se pode apontar como também em sintonia com as ideias do prócer sobre o *metiér* do historiador.⁴⁸

⁴⁵ Tradução nossa. No original: “*Sin documentos, no se puede escribir ni un poema, ni un romance, ni formular siquiera un juicio acertado en teoría, sea en el orden de los hechos, sea en el orden de las ideas, así en literatura como en ciencias especulativas o experimentales, porque ellos constituyen los elementos de toda inspiración, de toda fantasía, de todo raciocinio, aun cuando la facultad creadora intervenga en su fecundación. [...] Y cuando decimos documentos, no nos referimos simplemente a textos desautorizados o papeles aislados, sino a un conjunto de ellos que formen sistema, que se correlacionen y contrasten entre sí, se expliquen o corrijan los unos por los otros, y presenten los lineamientos generales del gran cuadro que el dibujo y el colorido complementarán, sirviendo de comprobante a la idea que sugiera o de él se desprenda, o sea la filosofía que de todo ello se deduzca [...]*” [MITRE, Bartolomé. *Comprobaciones históricas*. Buenos Aires: Librería La Facultad, de J. Roldán, 1916. p. 199].

⁴⁶ MITRE, Bartolomé. *Comprobaciones históricas*. Buenos Aires: Librería La Facultad, de J. Roldán, 1916. p. 208. Essa edição leva uma “*Noticia preliminar*” escrita pelo editor Ricardo Rojas, a explicar claramente a “polêmica” entre Mitre e Vicente Fidel López. Cf.: ROJAS, Ricard. *Noticia preliminar*. In: MITRE, Bartolomé. *Comprobaciones históricas*. Buenos Aires: Librería La Facultad, de J. Roldán, 1916. p. IX-XXXIX.

⁴⁷ Sobre a “operação historiográfica” de Pedro de Angelis, em termos certeunianos, cf.: SCHELL, Deise Cristina. Colecionando documentos, escrevendo história, imaginando uma nação: Pedro de Angelis e sua operação historiográfica. *História Unisinos*, São Leopoldo, vol. 18, n. 1, p. 170-176, jan./abr. 2014; WASSERMAN, Fabio. *Entre Clío y la Polis: Conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860)*. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008. p. 65-69.

⁴⁸ Cf.: BLASCO, María Elida. Producción, circulación y divulgación de conocimiento histórico en el Museo Mitre de la Ciudad de Buenos Aires (1906-1946). *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 9, n. 20, p. 31-47, 2016.

Com esses elementos, percebe-se uma sintonia formal entre os três Institutos, com objetos semelhantes de trabalho; no que diz respeito ao aspecto material, pois, a necessidade de construir uma historiografia “científica” e nacional como motor dos Institutos, fomentados por suas respectivas elites e governos, é algo que se percebe por seus projetos postos em prática. O que pode se dizer é, seguramente, que tiveram uma mesma concepção.⁴⁹

Posteriormente, ademais, ao observarmos os Estatutos do IHGPSP, percebe-se que há alguma distinção quanto ao objeto. O Instituto tinha por fim “colligir, methodizar, publicar ou archivar os documentos concernentes á historia e topografia da provincia de S. Pedro do Rio Grande do sul”, bem como a “archeologia, ethnografia e lingua de seus indigenas”. Cumpre referir, ademais, que a integração do IHGPSP com outros institutos semelhantes estava também já prevista no Estatuto de 1860, prevendo a filiação ao IHGB, a qual se deu no mesmo ano de 1860: “Art. 2.º - Procurará filiar-se ao Instituto Historico do Brasil e por seu intermedio ou diretamente manter correspondencia com as sociedades e academias estrangeiras para mais facil desempenho dos fins a que se propõe”.⁵⁰

Ainda, enquanto um aspecto formal relevante, o recurso ao periodismo como uma forma de divulgação dos trabalhos de seus membros, observa-se que foi também um fator que deve ser analisado, pois, ao final, é refletido de maneira diferente em cada um dos Institutos estudados.⁵¹

Como um caso que se concretizou – e segue vivo até hoje, podemos ler nos Estatutos do IHGB que o Instituto “[p]ublicará de tres em tres meses um folheto (...). Nesta revista se

⁴⁹ Cf.: WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 197-198.

⁵⁰ Haveria algo a ser dito sobre a vinculação da narrativa historiográfica riograndense (gaúcha) para com a narrativa *gaúcha* dos uruguaios e argentinos; sobre isso, porém, por ora, pedimos licença para citar extensamente, novamente, Sandra Pesavento: “Uma consideração merece ser feita; o sul do país, região fronteira aos países do Prata, onde a identificação é forte. Uma trajetória comum no passado pôs, frente a frente, castelhanos e luso-brasileiros na única zona de fronteira viva. [...] Em síntese, o Rio Grande do Sul é a única zona do Brasil que apresenta um sentimento de pertencimento a uma realidade latino-americana, porém platina. Dela o Rio Grande se sente mais próximo do que o distante nordeste, estranho em hábitos, história e linguagem. Quanto ao Prata, a semelhança de formação histórica, que possibilitou a construção de discursos assemelhados, forjou identidades muito próximas, baseadas na civilização pastoril e guerreira, apoiada nas virtudes militares, no machismo e nos padrões autoritários de mando. [...] No cone sul, a regularidade dos processos coletivos vivenciados historicamente plasmou representações similares. Para o Rio Grande do Sul, tem sentido falar em um ‘nós’ identitário que abrange a vizinhança platina, à frente da qual ‘estranhos’ poderiam ser os brasileiros do norte” [PESAVENTO, Sandra J. Contribuição da História e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: LEENHARDT, Jaques; PESAVENTO, Sandra J. (orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. p. 38].

⁵¹ É extensa a bibliografia sobre o periodismo como fonte para História do Direito. Por todos, ver as recentes reflexões metodológicas de Carlos Petit: PETIT, Carlos. *Ad fontes! Para uma história da cultura jurídica liberal*. In: SIQUEIRA, Gustavo; LYNCH, Christian. *História do Direito: processos, métodos e dados*. Rio de Janeiro: Engenho das Letras, 2024. p. 121-141.

publicarão, além das actas e trabalhos do Instituto, as memorias de seus membros que forem interessantes a historia e geographia do Brazil (...).⁵² A *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* recebeu sua primeira publicação em 1839, com o subtítulo de “fundado no Rio de Janeiro debaixo da immediata protecção de S.M.I. o Senhor D. Pedro II”; ademais, se manteve assim até o tomo LII, publicado no ano de 1889, data da proclamação da República no Brasil.⁵³ Com efeito, tal periódico está ativo até os dias de hoje, integralmente disponível online e se aproximando de seu número 500.

O IHGN, por sua vez, não teria editado Revista própria, segundo nossa pesquisa. Não obstante, em seu momento refundacional, em 1915, publicou uma Revista (a *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*), ativa de 1920 até os dias de hoje.

No que toca o IHGRP, o artigo 17 de suas “Bases orgânicas” havia previsto que se realizasse uma publicação de *Anais* ou de uma *Revista periódica*.⁵⁴ Contudo, a vida curta do Instituto não permitiu que se efetivasse sua publicação, pelo que se percebe.

Quanto ao IHGPSP, por sua vez, observamos que o artigo 3º do Estatuto de 1860 declara que o Instituto “[p]ublicará de tres em tres mezes um folheto, que tenha por menos doze folhas de impressão, com o título seguinte – *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico da Provincia de S. Pedro*”. Cinco volumes do tal “folheto” foram impressos de 1860 a 1863.⁵⁵

⁵² IHGB. Extracto dos estatutos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil fundado no Rio de Janeiro debaixo da immediata protecção de S.M.I. o Senhor D. Pedro II*, Tomo I, p. 18, 1908.

⁵³ Sobre a RIHGB, cf., entre muitos outros: SANCHEZ, Edney Christian Thome. *Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*. 2003. 221p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2003; BENTIVOGLIO, Julio. A História no Brasil Imperial: a produção historiográfica na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *História: Questões & Debates*, vol. 63, n. 2, p. 287-315, jul./dez. 2015. Destacamos, ainda, o primeiro trabalho de catálogo da RIHGB, realizado por Max Fleiuss, secretário do Instituto, na ocasião de seu centenário: FLEIUSS, Max, *O Instituto Histórico através de sua Revista*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

⁵⁴ “Art. 17. El Instituto publicará, bien sea un tomo de Anales al fin del año, ó bien sea una Revista periódica que contenga los Estatutos de la asociación, el extracto de las actas de sesiones, los trabajos de sus miembros, las comunicaciones que se le dirijan, los documentos inéditos cuya impresión considere útil, las biografías de los americanos ilustres en las ciencias, armas y letras, la bibliografía de las obras americanas que pertenezcan á las materias de su especialidad, la lingüística americana, las investigaciones sobre la historia física y particularmente sobre la geología y agricultura del Río de la Plata, los documentos oficiales que tengan connexion con sus estudios, y demas puntos conducentes á generalizar los conocimientos históricos, geográficos y estadísticos, formando al mismo tiempo el archivo del historiador futuro [...]” [IHGRP. *Bases Orgánicas del Instituto Histórico-Geográfico del Río de la Plata*, Buenos Aires, Imprenta de la Tribuna, 1856. p. 16-17].

⁵⁵ Quando da fundação do IHGRGS em 1920, pois, o art. 2º de seu Estatuto previa que: “Art. 2º - Para realização do fim referido no artigo precedente, incumbirá ao Instituto:[...] b) publicar a “Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul”, que será trimensal e terá no mínimo 150 paginas. Paragr. Unico – Essa revista será destinada exclusivamente á publicação de trabalhos dos socios sobre os assumptos de que trata o

Não obstante, há um ponto importante que se deve ressaltar, ainda que de modo breve: os motivos políticos da atuação de Bartolomé Mitre para formar o Instituto em 1854.⁵⁶ A historiografia política argentina de nossos tempos já enfrentou o tema dos Institutos no período, trabalhando a história intelectual e a formação de redes entre os políticos e atores sociais desse contexto.⁵⁷ O que pensamos em destacar aqui seria, pois, uma visão a respeito da percepção da consolidação do Direito público provincial durante a turbulência dos debates do processo constituinte bonaerense, depois do rechaço da solução da Confederação por um processo próprio, que resulta no texto da Constituição de 1853, “renhida ideologicamente com o regime anterior”.⁵⁸ Mitre ainda teve que responder ao impacto das palavras de Juan Bautista Alberdi, que publica um exame da Constituição do Estado bonaerense no mesmo ano de 1854.⁵⁹

Em outras palavras, ainda que, com Lía Sanucci, se diga que Vélez e Mitre tivessem o apoio da opinião pública, o que se percebe é que com o tempo vão perdendo espaço ante os “provincialistas” e os “aislacionistas” com o texto constitucional, uma vez que Urquiza instala o Congresso em Santa Fe, e os “nacionalistas” não têm suas posições garantidas nos debates sobre os principais artigos que se encontram na Constituição de Buenos Aires (como quando se trata de “província”, “soberania” etc.).⁶⁰

artigo 1.º e á divulgação de documentos e publicações de merecimento relativos ao Rio Grande do Sul; bem como á publicação das actas das sessões e da lista dos socios do Instituto.” Com efeito, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* aparece pela primeira vez em 1921, estando ativa até hoje, sendo que, ultimamente, em formato virtual.

⁵⁶ Entendemos, pois, que há uma *intenção* na ação de Mitre enquanto fundador, visando à criação de uma narrativa: “‘Narrative actions’, as you could call them, imply intentional states.” [BRUNER, Jerome S. Past and Present as Narrative Constructions. In: STRAUB, Jürgen (ed.). *Narration, Identity and Historical Consciousness*. New York / Oxford: Berghahn Books, 2005. p. 27].

⁵⁷ Cf., entre outros: WASSERMAN, Fabio. *Entre Clío y la Polis: Conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860)*. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008.

⁵⁸ TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *Formación del Estado federal argentino (1820-1852): la intervención del gobierno de Buenos Aires en los asuntos nacionales*. Buenos Aires: Editorial Perrot, 1965. p. 221.

⁵⁹ Sobre a vida e obra jurídica de Alberdi, cf.: ABÁSULO, Ezequiel. Juan Batista Alberdi (Argentina, 1810-84). In: MIROW, M. C.; DOMINGO, Rafael (eds.). *Law and Christianity in Latin America: the Work of Great Jurists*. New York: Routledge, 2021. p. 175-187. Ademais, devemos levar em conta a posição de Hernández Arregui, que toma Alberdi como “*el mejor exponente de la llamada generación del 37*”, destacando seu romantismo e, em especial, no que toca à questão do nacionalismo na Argentina; cf.: HERNÁNDEZ ARREGUI, J. J. *¿Qué es el ser nacional? La conciencia histórica iberoamericana*. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1963. p. 84-90. Também sobre esse “romantismo” da geração de 37, que redonda na narrativa histórica dominante do grupo, cf.: CUNEO, Dardo. *Sarmiento y Unamuno*. 2ª ed. Buenos Aires: Ed. Transición, 1955.

⁶⁰ SANUCCI, Lía. En torno de la primera Constitución de Buenos Aires (1852-1854). *Trabajos y comunicaciones*, v. 20, p. 300, 1970. Sobre a articulação desses conceitos centrais na historiografia argentina, com foco no conceito de “constituição”, cf.: GOLDMAN, Noemí. El concepto de ‘Constitución’ en el Río de la Plata (1750-1850). *Araucaria*, v. 9, n. 17, p. 169-186, 2007.

De toda forma, Mitre teve de mudar de posição em sua atuação política na Sala de Representantes. Assim, não foi convocado para integrar a Comissão redatora do projeto de Constituição⁶¹, que inicia o processo constituinte provincial com um texto controverso. Mitre, em nome de uma defesa da unidade nacional e como cabeça do “nacionalismo”, não pode mais defender a ideia inicial, depois do Acordo de San Nicolás, de recusar que se fizera uma Constituição para Buenos Aires.⁶² Faz críticas à primeira versão da Constituição provincial durante os debates na Sala de Representantes e busca impor uma agenda “nacionalista”, com alguns êxitos.

A partir disso, percebe-se que o Instituto do Rio da Prata tem uma posição política e histórica inegável, à luz das performances de Mitre durante os anos 1852-1854. A construção de um espaço institucional que pudera juntar a intelectualidade platina em torno de sua figura e formular um relato nacional com uma narrativa determinada sobre a Revolução de Maio, o regime de Rosas e sua superação, foi tema ao qual Mitre deu boa atenção, sendo o IHGRP uma célebre movimentação nesse sentido. Assim, nas palavras do próprio prócer, os “largos anos de tirania e de guerra civil” pelos quais a Argentina passou resultaram no “isolamento dos povos e o isolamento dos indivíduos, e como consequência natural desse isolamento, a prostração do espírito público e a enervação das faculdades intelectuais”; porém, “contra esse vício há uma virtude, e essa é o espírito de associação”.⁶³

4 CONCLUSÃO

Desta maneira, mediante o emprego de uma metodologia histórico-comparativa, buscamos analisar a fundação do *Instituto Histórico-Geográfico del Río de la Plata* (IHGRP) como uma manifestação do projeto oitocentista argentino de modernização em suas diferentes

⁶¹ Mitre não está mencionado por Dardo Pérez Guilhou entre os integrantes da Comissão Redatora que foi nomeada em 3 de dezembro de 1853. Para tal, cf.: PÉREZ GUILHOU, Dardo. La Constitución de Buenos Aires de 1854: ¿Estado o Provincia? *Revista de Historia del Derecho*, n. 32, p. 166, 2004.

⁶² SANUCCI, Lía. En torno de la primera Constitución de Buenos Aires (1852-1854). *Trabajos y comunicaciones*, 20, p. 301, 1970. Sobre a posição de Urquiza, cf.: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *Formación del Estado federal argentino (1820-1852)*: la intervención del gobierno de Buenos Aires en los asuntos nacionales. Buenos Aires: Editorial Perrot, 1965. p. 160-168.

⁶³ Tradução nossa. No original, a citação completa: “*El aislamiento de los pueblos y el aislamiento de los individuos, y como consecuencia natural de ese aislamiento, la postración del espíritu público y la enervación de las facultades intelectuales: tal ha, sido el funesto legado de los largos años de tiranía y de guerra civil porque hemos pasado. Contra ese vicio hay una virtud, y esta es el espíritu fecundo de asociación*” [MITRE, Bartolomé. Preliminar. In: *Bases Orgánicas del Instituto Histórico-Geográfico del Río de la Plata*. Buenos Aires: Imprenta de la Tribuna, 1856. p. 03].

formas, dentro do processo de construção de unidade nacional. Junto disso, por meio da repercussão na organização dos campos científicos historiográficos que ocorriam nas nações sul-americanas citadas, desde seus respectivos contextos políticos distintos, explicam-se os vínculos que se mostraram coordenados na década posterior, no enfrentamento bélico com o Paraguai.

Por fim, propomos que o formato institucional adotado pelo IHGB serviu de alguma forma como modelo para os outros dois Institutos abordados, não apenas no que diz respeito a suas respectivas fundações, como também na organização de seus respectivos institutos sucessores ao final do século, isto é, o *Instituto Geográfico de Argentina* (que se funda em 1879), a *Academia Nacional de la Historia Argentina* (fundada em 1893), o *Instituto Histórico-Geográfico de Uruguay* (de 1915, o qual já foi mencionado anteriormente) e o *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* (de 1920, ativo até hoje). Assim, podemos asseverar que o modelo associativo de tais Institutos foi fundamental para a formação de um “espaço historiográfico ‘rioplatense’” durante o século XIX, possibilitando não apenas um espaço de sociabilidade para os intelectuais do momento, senão também um ateneu que viesse a favorecer o desenvolvimento dos relatos nacionais de seus respectivos países, com todas as implicações políticas – e, consequentemente, jurídicas – que buscamos investigar.

Referências bibliográficas

- ABÁSULO, Ezequiel. Juan Batista Alberdi (Argentina, 1810-84). In: MIROW, M. C.; DOMINGO, Rafael (org.). *Law and Christianity in Latin America: the Work of Great Jurists*. New York: Routledge, 2021. p. 175-187.
- ARAÚJO, Valdei. Narratives of Brazilian History: From Liberal to Politically Incorrect. In: BERGER, Stefan; BRAUCH, Nicola; LORENZ, Chris (ed.). *Analysing Historical Narratives: On Academic, Popular and Education Framings of the Past*. New York / Oxford: Berghahn, 2021. p. 282-303.
- BARAGER, Joseph R. The Historiography of the Río de la Plata Area Since 1830. *The Hispanic American Historical Review*, v. 39, n. 4, p. 588-642, nov. 1959.
- BENTIVOGLIO, Julio. A História no Brasil Imperial: a produção historiográfica na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *História: Questões & Debates*, v. 63, n. 2, p. 287-315, jul./dez. 2015.
- BERGER, Stefan. National histories and the promotion of nationalism in historiography – the pitfalls of ‘methodological nationalism’. In: BERGER, Stefan; STORM, Eric (org.). *Writing the History of Nationalism*. London-New York: Bloomsbury, 2019. p. 20-40.
- BRUNER, Jerome S. Past and Present as Narrative Constructions. In: STRAUB, Jürgen (ed.). *Narration, Identity and Historical Consciousness*. New York / Oxford: Berghahn Books, 2005. p. 23-43.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial/Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CUNEO, Dardo. *Sarmiento y Unamuno*. 2ª ed. Buenos Aires: Ed. Transición, 1955.
- DEVOTO, Fernando J. La construcción del relato de los orígenes en Argentina, Brasil y Uruguay: las historias nacionales de Varnhagen, Mitre y Bauzá. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.); MYERS, Jorge (ed.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz, 2008. p. 269-289.
- DUTRA, Eliane de Freitas. The Mirror of History and Images of the Nation: the Invention of a National Identity in Brazil and its Contrasts with Similar Enterprises in Mexico and Argentina. In: BERGER, Stefan (ed.). *Writing the Nation: a Global Perspective*. London: Palgrave Macmillan, 2007. p. 84-102.
- FITTE, Ernesto J. Mitre y el Instituto Histórico-Geográfico del Río de la Plata de 1854: Comunicación leída en la sesión privada de 4 de junio de 1968 por el Académico de Número Dr. Ernesto J. Fitte. *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*, v. XLI, p. 79-84, 1968.
- FLEIUSS, Max. *O Instituto Histórico através de sua Revista*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- FLORES, Alfredo de J.; PIMENTA, Leticia P. Os estatutos do Visconde da Cachoeira e o modelo de Coimbra no debate inicial sobre a organização do ensino jurídico brasileiro (1825). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 186, n. 497, p. 11-28, 2025.
- FREITAS NETO, José Alves de. Mitre e a edificação de um patrimônio historiográfico argentino. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 4, n. 7, p. 47-89, 2011.
- GOLDMAN, Noemí. El concepto de ‘Constitución’ en el Río de la Plata (1750-1850). *Araucaria*, v. 9, n. 17, p. 169-186, 2007.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, n. 1, p. 05-27, 1988.



HERNÁNDEZ ARREGUI, J. J. *¿Qué es el ser nacional? La conciencia histórica iberoamericana*. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1963.

IHGB. Extracto dos estatutos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil fundado no Rio de Janeiro debaixo da immediata protecção de S.M.I. o Senhor D. Pedro II*, t. I, p. 18-20, 1908.

IHGRP. *Bases Orgánicas del Instituto Histórico-Geográfico del Rio de la Plata*. Buenos Aires: Imprenta de la Tribuna, 1856.

IHGSP. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico da Provincia de São Pedro*. 1860-1863.

IHGU. *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, Montevideo, n. I, ago. 1920.

IHGU. *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, Montevideo, t. XL, dez. 2015.

LIMA LOPES, José Reinaldo de. *Naturalismo jurídico no pensamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2014.

MACEDO, Adriana Mattos Clen. *As corografias e a cultura histórica oitocentista*. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2007.

MITRE, Bartolomé. Preliminar. In: *Bases Orgánicas del Instituto Histórico-Geográfico del Rio de la Plata*. Buenos Aires: Imprenta de la Tribuna, 1856. p. 3-11.

MITRE, Bartolomé. *Comprobaciones históricas*. Buenos Aires: Librería La Facultad, de J. Roldán, 1916.

MOLLO, Helena M. A ciência e o passado: construções da modernidade nos oitocentos. In: LOPES DE ARAÚJO, Valdei; MATA, Sérgio R. da; MOLLO, Helena M.; VARELLA, Flávia Florentino (org.). *A dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. p. 169-180.

OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. *Ideias em confronto: Embates pelo poder na Independência do Brasil (1808-1825)*. São Paulo: Todavia, 2022.

OLIVEIRA, Suellen M. P. de. A querela de Clio: as tensões e os diálogos entre os Institutos Históricos e Geográficos do Brasil e da região do Prata, 1838-1852. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a. 172, n. 454, p. 115-156, jan./mar. 2012.

PALTI, Elías J. Imaginación histórica e identidad nacional en Brasil y Argentina. Un estudio comparativo. *Revista Iberoamericana*, v. 62, n. 174, p. 47-69, ene./mar. 1996.

PASCHOAL GUIMARÃES, Lucia Maria. A percepção dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: MARTINS, Ismênia de Lima; MOTTA, Rodrigo P. S.; IOKOI, Zilda G. (org.). *História e Cidadania: XIX Simpósio Nacional de História – ANPUH*. v. II. São Paulo: Humanitas, 1998. p. 471-485.

PÉREZ GUILHOU, Dardo. La Constitución de Buenos Aires de 1854: ¿Estado o Provincia?. *Revista de Historia del Derecho*, n. 32, p. 159-189, 2004.

PESAVENTO, Sandra J. Contribuição da História e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: LEENHARDT, Jaques; PESAVENTO, Sandra J. (orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. p. 17-40.

PETIT, Carlos. Ad fontes! Para uma história da cultura jurídica liberal. In: SIQUEIRA, Gustavo; LYNCH, Christian. *História do Direito: processos, métodos e dados*. Rio de Janeiro: Engenho das Letras, 2024. p. 121-141.



PIVEL DEVOTO, Juan E. El Instituto Histórico y Geográfico Nacional (1843-1845): Documentos que para su historia publica. *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, t. XI, p. 179-216, 1934/1935.

ROJAS, Ricardo. Noticia preliminar. In: MITRE, Bartolomé. *Comprobaciones históricas*. Buenos Aires: Librería La Facultad, de J. Roldán, 1916. p. IX-XXXIX.

SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

SADÍAS, Adolfo. *Historia de la Confederación Argentina*: Rozas y su época. t. I-V. 2. ed. Buenos Aires: Félix Lajouane Editor, 1892.

SALDANHA, Nelson. Romantismo, ecletismo e cientificismo no Brasil no século XIX. *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 42, n. 173, p. 25-35, 1994.

SANCHEZ, Edney Christian Thome. *Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*. 2003. 221 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2003.

SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas (siglo XIX)*. La Plata: Instituto Cultural de la Provincia de Buenos Aires, 2011.

SANSÓN CORBO, Tomás. Matrices institucionales y metodológicas de la historiografía rioplatense del siglo XIX. El influjo de Brasil. *Confluente*, v. 6, n. 1, p. 111-137, 2014.

SANSÓN CORBO, Tomás. *Despertar en Petrópolis: Andrés Lamas y la influencia de Brasil en la Historia de los Estados de la Cuenca del Plata en el siglo XIX*. Montevideo: Sicut Serpientes, 2015.

SANUCCI, Lia. En torno de la primera Constitución de Buenos Aires (1852-1854). *Trabajos y comunicaciones*, n. 20, p. 295-316, 1970.

SCHELL, Deise Cristina. Coleccionando documentos, escrevendo história, imaginando uma nação: Pedro de Angelis e sua operação historiográfica. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 18, n. 1, p. 170-176, jan./abr. 2014.

SILVA, Ana Paula B. R. da. As ideias históricas de Bartolomé Mitre e o Brasil (1870-1880). *Passagens – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 15, n. 3, p. 373-391, set./dez. 2023.

SILVA, Ana Paula B. R. da. Bartolomé Mitre, André Lamas e o Império brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 186, n. 498, p. 36-64, 2025.

TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *Formación del Estado federal argentino (1820-1852): la intervención del gobierno de Buenos Aires en los asuntos nacionales*. Buenos Aires: Editorial Perrot, 1965.

TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *Las ideas jurídicas en Argentina (siglos XIX-XX)*. Buenos Aires: Editorial Perrot, 1977.

WASSERMAN, Fabio. *Entre Clío y la Polis: Conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860)*. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008.

WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WEHLING, Arno. O historicismo e as origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Gama, 2001. p. 127-140.